



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 18/XI/1.ª SL

Aos 10 dias do mês de Março de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informações;*
- 2. Apreciação e votação das Actas nºs 16 e 17, de 19 e 24 de Fevereiro;*
- 3. Discussão e votação do Requerimento do BE, que solicita a audição da Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar;*
- 4. Discussão e votação do Requerimento do PS, que solicita a audição do Presidente do Instituto Português de Sangue e das Federações de Dadores de Sangue (FEPODABES e FAS);*
- 5. Discussão e votação do Requerimento do PSD, que solicita a audição do Presidente do Colégio da Especialidade de Ginecologia/Obstetria da Ordem dos Médicos e do Coordenador do Plano Nacional de Saúde Reprodutiva;*
- 6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição nº 10/XI/1ª, relativa ao acesso a Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) - Relatora: Deputada Teresa Fernandes;*
- 7. Proposta do Presidente da Comissão para visita ao exterior no dia 20 de Abril de 2010;*
- 8. Proposta do Deputado João Semedo de debate temático da iniciativa da Comissão Parlamentar de Saúde sobre VIH/SIDA;*
- 9. Outros assuntos.*

O Presidente iniciou a reunião dando informação sobre alguns livros remetidos a esta Comissão, que estão disponíveis no serviço de apoio, para efeitos de consulta. Seguidamente referiu a necessidade de reagendar para o dia 6 de Abril a audição ministerial que estava prevista para o dia 23 de Março, por impossibilidade de agenda da Ministra da Saúde, sugerindo também que aquela que havia sido fixada para 10 de Março se realize a 25 ou 26 de Maio.

Os Deputados Teresa Caeiro e Bernardino Soares pronunciaram-se no sentido de não ser aceitável que esta audição seja adiada por tanto tempo, tendo o Presidente

comunicado que irá efectuar diligências no sentido de que tenha lugar numa data anterior, o mais cedo possível. Disse ainda que estão já constituídos quatro Grupos de Trabalho, enunciando os Deputados que integram cada um deles, propondo para coordenadores, no caso do da "Educação para a Saúde" e da "Metodologia e Programa do Seminário sobre a Política do Medicamento", ele próprio, no referente aos "Cuidados de Saúde Primários", a Deputada Luísa Salgueiro e no da "Metodologia e Programa do Seminário sobre o Plano Nacional de Saúde" o Deputado João Semedo.

Foi deliberado que cada coordenador deverá marcar as primeiras reuniões de trabalho, informando o serviço de apoio desse calendário, que depois será enviado a todos os Deputados.

Recordou também que vai diligenciar no sentido de que seja agendada uma sessão de apresentação da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) na Comissão de Saúde, a propósito do acompanhamento das iniciativas europeias e respectivo processo legislativo depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Quanto ao ponto de situação da regulamentação das leis na X legislatura, informou que o Relatório de progresso foi enviado ao Ministro dos Assuntos Parlamentares que introduziu anotações explicativas, resultando assim que, na área da saúde estão duas leis por regulamentar: a Lei nº 12/2009, de 26 de Março, que "Estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas nºs 2004/23/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, 2006/17/CE, da Comissão, de 8 de Fevereiro e 2006/86/CE, da Comissão, de 24 de Outubro", que não fixa prazo para a regulamentação e que o MAP informou que a regulamentação está em processo de elaboração e a Lei nº 81/2009, de 21 de Agosto, que "Institui um sistema de vigilância em saúde pública, que identifica situações de risco, recolhe, actualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, bem como prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública" e cujo prazo de regulamentação terminou a 19 de Dezembro. Entretanto, até à data de hoje, constata-se que não foi ainda publicada em Diário da República esta regulamentação.

O Presidente lembrou ainda que, à semelhança do que ocorreu no ano passado, vão ter lugar na Assembleia da República as Jornadas Parlamentares da Saúde, no mês de Maio, solicitando aos Deputados que, num prazo de oito dias, apresentem sugestões de seminários ou conferências a realizar. Desde já considera que seria importante que se realizasse um seminário sobre "Educação para a Saúde" e acções de formação sobre suporte básico e avançado de vida, em articulação com o INEM.

O Deputado João Semedo, relativamente ao acompanhamento da problemática do VIH/Sida, recordou que no final da legislatura anterior havia sido criado um Grupo de Trabalho com este fim, considerando que seria oportuno agora retomá-lo, com vista a discutir o que deve ser feito, podendo este Grupo estudar a possibilidade de realizar um debate temático em Plenário.

As Deputadas Clara Carneiro e Maria Antónia Almeida Santos apoiaram a criação deste GT. A Deputada Maria José Nogueira Pinto manifestou a opinião de que, face à ausência de dados concretos sobre esta matéria, fazia sentido ouvir primeiro o Coordenador Nacional para o VIH/Sida.

A Deputada Teresa Caeiro solicitou o envio dos elementos relativos ao GT que funcionou na anterior legislatura, que irão ser remetidos a todos os Deputados.

Havendo acordo quanto à criação deste GT, o Presidente pediu aos Grupos Parlamentares que indicassem os respectivos representantes. Pelo PS, integrará o GT a Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

As Actas nºs 16 e 17, de 19 e 24 de Fevereiro, foram colocadas à discussão e votação, tendo a Acta nº 16 sido aprovada por maioria, com a abstenção da Deputada Maria Antónia Almeida Santos, por não ter estado presente, e a Acta nº 17 aprovada por unanimidade.

O Deputado João Semedo apresentou o Requerimento do BE, que solicita a vinda da Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar, para audição, na sequência do seu Encontro Nacional que teve lugar em Fevereiro.

O Presidente colocou à votação o Requerimento do BE, que foi aprovado por unanimidade.

O Deputado Defensor Moura apresentou o Requerimento do PS, que propõe a audição do Presidente do Instituto Português de Sangue e das Federações de Dadores de Sangue, FEPODABES e FAS, tendo em conta que nos últimos tempos se tem verificado uma preocupante redução dos stocks de sangue para transfusão nos hospitais, o que exigiu um apelo de urgência do Instituto.

O Deputado Luís Meneses disse entender ser importante ouvir também sobre este tema a Entidade Reguladora da Saúde (ERS).

O Presidente colocou à votação o Requerimento do PS, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A Deputada Clara Carneiro apresentou o Requerimento do PSD, que requer a audição do Presidente do Colégio da Especialidade de Ginecologia/Obstetrícia da Ordem dos Médicos e do Coordenador do Plano Nacional de Saúde Reprodutiva para

procederem ao cabal esclarecimento de declarações públicas contendo dados preocupantes sobre a saúde reprodutiva e interrupção voluntária da gravidez.

O Presidente colocou à votação o Requerimento do PSD, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos apresentou um Requerimento do PS, que deu entrada na Mesa e que por consenso foi aceite discutir nesta reunião, que requer a audição do Coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Diabetes. Propôs ainda a constituição de um grupo de trabalho de acompanhamento da evolução da doença e toda a sua envolvência, com a duração da legislatura.

O Presidente colocou à votação o Requerimento do PS, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE. O Grupo de Trabalho para acompanhamento da diabetes foi também constituído, devendo os grupos parlamentares indicar os seus representantes.

A Deputada Maria Teresa Fernandes apresentou o Relatório Final da Petição nº 10/XI/1ª, em que é solicitado o acesso público a desfibriladores automáticos externos (DAE). Enquadrou a questão suscitada pelos peticionários, que alegam que o Decreto-lei nº 188/2009, de 12 de Agosto, embora preveja a existência de DAE como meio de socorro, não prevê a sua obrigatoriedade em locais de maior concentração de pessoas, nomeadamente em jogos de futebol, assim como de um operador devidamente formado na utilização dos mesmos. Na audição os peticionários reiteraram as suas pretensões à Relatora, que conclui com o parecer de que o Relatório deverá ser enviado ao PAR e a Petição discutida em Plenário, face ao número de assinaturas subscritoras.

O Presidente informou ter recebido também uma carta do Presidente do Conselho Português da Ressuscitação lamentando a falta de regulamentação nesta matéria.

O Relatório Final da Petição nº 10/XI/1ª foi colocado à votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Presidente propôs a realização de uma visita na região do Porto, o que seria uma forma de dar atenção a uma zona muito fustigada pela crise económica, que poderia ter lugar a 20 de Abril e se iniciaria com uma reunião com a ARS, seguida de uma deslocação à Bial e depois uma visita ao Hospital S. João.

Foi debatida a questão do local, uma vez que se trata da primeira deslocação da Comissão nesta legislatura, havendo propostas para Coimbra, Algarve, Bragança e Setúbal (Hospital Garcia de Orta). Também se discutiu o modelo para a visita, se devem ou não ser temáticas, havendo sugestões para visita de um centro materno-infantil, uma unidade de cuidados de saúde continuados, um centro de saúde e um

serviço de urgência à noite. Também se abordou a questão dos dias da semana em que se deveria realizar, sendo consensual que o melhor seria a segunda-feira, com deslocação para o local na véspera.

O Presidente disse ter cinco propostas em cima da mesa, Porto, Coimbra, Algarve, Bragança e a visita ao Hospital Garcia de Orta. Reunirá com os Vice-Presidentes para decidir sobre o calendário das visitas e preparar o respectivo programa que apresentará proximamente.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 Março 2010.

**O PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bernardino Soares  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
João Semedo  
Luís Menezes  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria das Mercês Borges  
Maria Helena Rebelo  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Caeiro  
Teresa Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Isabel Galriça Neto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: